

Alíquota sobe para 14% em outubro

Categorias com salários em dia, incluindo 13º, como ativos da Educação, vão pagar contribuição maior

ESTEFAN RADOVICZ / AGÊNCIA O DIA

O período de recuperação fiscal do estado será de “ajuste duro”, como enfatizou ontem o governador Luiz Fernando Pezão, e a partir da folha de setembro — depositada em outubro — o funcionalismo já começará a sentir esse efeito. A nova alíquota previdenciária de 14% começará a ser cobrada no próximo mês para todas as categorias que estão com salários em dia, incluindo o décimo terceiro de 2016, como os ativos da área da Educação. A informação foi confirmada à Coluna pelo o procurador-geral do Estado, Leonardo Espíndola. Ele acrescentou que a única pendência para adotar a medida — o parecer da Procuradoria Geral do Estado — foi favorável à elevação.

Pezão disse, ontem, após a apresentação do plano de recuperação, que para aumentar a contribuição ainda dependia de parecer da PGE, que, segundo o procurador-geral, acabou de ser dado. Com a medida, o estado prevê arrecadar R\$ 10 bilhões em seis anos.

“Já houve a noventena (para poder aplicar a lei), que terminou em 27 de agosto. A PGE acabou de editar um parecer. E a orientação é para cumprir a Lei 7.606 de 2017 (que estabelece o aumento da alíquota de 11% para 14%). Encaminharemos o parecer na próxima semana à Secretaria de Fazenda”, declarou Espíndola.

Ele também frisou a condicionante da lei: o aumento só poderá vir com os salários em dia. E como nem todo o funcionalismo se encontra nessa condição, aqueles que estão com a folha quitada já serão cobrados. “Em razão da crise que se abateu no estado, houve pagamentos em diferentes momentos, e quem está em dia começa a ser cobrado a

AJUSTES

R\$ 63 BI

Ajuste prometido em três anos com o regime, sendo R\$ 29,6 bi com a suspensão do pagamento da dívida com a União no período.

R\$ 10 BI

Valor que será arrecadado, em 6 anos, com a cobrança dos 14%, sendo que o déficit do Rioprevidência em 2017 é de R\$ 12 bi.

partir do próximo pagamento”, pontuou.

Em seu discurso, o governador destacou os problemas enfrentados para cobrir gastos da Previdência. “O Estado do Rio, pasmem, é a 26ª folha salarial de ativos no país. Temos mais inativos hoje, do que ativos. Então, esse chamamento (para discussão) é o que devemos fazer”, declarou. Hoje, o estado calcula um déficit do Rioprevidência de R\$ 12 bilhões.

QUEM SERÁ AFETADO

Os 14% passarão a valer para ativos da Educação e da Secretaria de Ambiente, além da PGE. Os outros Poderes (Legislativo e Judiciário) e o Ministério Público, Defensoria e Tribunal de Contas do Estado também estão com os pagamentos em dia.

Como alguns desses órgãos (TJ-RJ e MP por exemplo) pagam o salário dentro do mês trabalhado, o aumento já deverá vir em setembro. Aposentados e pensionistas do Executivo que recebem o valor bruto de até R\$ 3.200 estão com a folha quitada: eles receberam o 13º de 2016 integral com recursos repatriados da Operação Lava-Jato.

GOVERNO DO Rio de Janeiro



Pezão cumprimentou Meirelles e ressaltou que Rio é o primeiro a aderir ao Regime de Recuperação Fiscal

PDV À VISTA

Programa para estatais que deverão ser privatizadas

► O plano de recuperação do Rio, analisado pelo Tesouro Nacional, já previa Programas de Demissão Voluntária (PDVs) em estatais. A medida será adotada com uma linha de financiamento especial. Os empregados dessas empresas públicas não são servidores. Eles são regidos pela CLT. Os cálculos do governo estadual apontam que, com a medida, será gerada economia de apenas R\$ 1,1 bilhão em seis anos.

Ontem, Pezão sinalizou que deverá desestatizar todas as empresas públicas que sobraram no estado, como a Rio Trilhos. Ele também lembrou encargos deixados para o governo do Rio com a extinção de estatais, levando a ações trabalhistas.

“Fomos um dos primeiros estados a privatizar quase todas as empresas do Rio. Barcas, Ceg, trem, metrô, privatizou tudo, e deixou infelizmente o Banerj. E a gente tem uma série de ações trabalhistas de funcionários

dessas empresas que não prestam mais serviço para o estado”, disse o governador.

Pezão acrescentou que houve negociação com o governo federal para conseguir uma linha de crédito diferenciada a fim de financiar o plano. “O ministro (Meirelles) e sua equipe tiveram sensibilidade de colocar essa linha para fazermos o PDV. Não tem cabimento o estado ter empresas onde ele já não opera mais. Isso só aumenta o nosso custo”, finalizou.

Salário antes do 10º dia útil não está certo

► A maior expectativa do funcionalismo, a partir da recuperação fiscal, é que os salários sejam pagos em dia. A volta do calendário, que já foi o 2º dia útil para ativos, por exemplo, é uma das principais cobranças. No entanto, a medida ainda não é garantida pelo governo.

Ontem, Pezão pediu paciência: “Deixa a gente ir devagar, devagarinho”. Ele deixou claro que a prioridade será quitar o 13º de 2016 a 227 mil ativos, inativos e pensionistas. Acrescentou que o período de ajuste “será duro e necessário”.

“Estamos finalizando as operações bancárias, que vão pagar o 13º, depois vamos vendo o que dá para fazer. Cada dia com sua agonia, e eu quero agradecer a paciência do funcionalismo. Ainda não colocamos tudo em dia”, declarou Pezão, ao lado do ministro Henrique Meirelles.

O primeiro efeito do acordo será o empréstimo de R\$ 3,5 bi com as ações da Cedae de contragarantia. O dinheiro deve chegar em até 30 dias. A apresentação do plano foi no Palácio Guanabara, com a presença dos chefes de todos os Poderes, deputados e do prefeito Crivella.